



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0000039-84.2005.8.17.0450 (0279628-9)
COMARCA: CAPOEIRAS
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: INALDO RAIMUNDO DA SILVA
ADVOGADO: DR. CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. ALEGADA EXACERBAÇÃO DA PENA APLICADA. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.

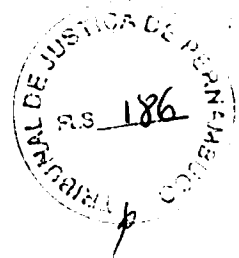
1. Extrai-se dos autos que o acusado contava 21 anos, 1 mês e 17 dias de idade na data do fato delitivo, não fazendo jus à benesse prevista no artigo 115 do CP. Sendo assim, não transcorrido *in totum* o prazo legal, inviável é o reconhecimento da prescrição.
2. A reprimenda encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelos elementos do art. 59, do CP e a primariedade do réu não é suficiente para fixar a pena-base no mínimo legal, justificando-se o aumento da reprimenda quando algumas das circunstâncias lhe são desfavoráveis.
3. **Apelação não provida. Decisão unânime.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº **0000039-84.2005.8.17.0450 (0279628-9)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento à apelação**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



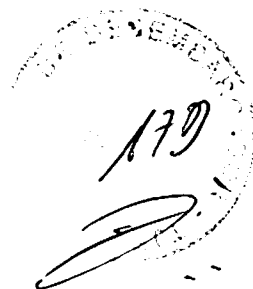
devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 21/03/2013

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0000039-84.2005.8.17.0450 (0279628-9)
COMARCA: CAPOEIRAS
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: INALDO RAIMUNDO DA SILVA
ADVOGADO: DR. CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Recorre **Inaldo Raimundo da Silva** da sentença de **fls. 141/144**, que o condenou à pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de detenção, substituída por duas penas restritivas de direitos, bem como à suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, pela prática do crime previsto no art. 302, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 9.503/97¹ (homicídio culposo na direção de veículo automotor).

Consta da denúncia que, no dia 07 de março de 2003, por volta das 18:50 horas, em frente ao Colégio Municipal Manoel Soares de Almeida, localizado na Rua 21 de Dezembro, no Centro de Capoeiras, o acusado conduzia o automóvel de marca GM/Chevette, placas MUH 0313, de propriedade de terceira pessoa, e atropelou a vítima Otacílio Luiz da Silva, idoso de 78 (setenta e oito) anos de idade, produzindo-lhe as lesões corporais descritas na perícia tanatoscópica de fls. 17, que foram a causa eficiente de sua morte.

¹ Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

180
D

Ainda segundo narra a inicial acusatória, a vítima estava atravessando a rua, em frente ao citado Colégio Municipal, quando foi colhida bruscamente pelo automóvel do Recorrente, que se encontrava em velocidade superior ao permitido no local.

Por fim, extrai-se da peça ministerial que o Recorrente não prestou socorro à vítima, evadindo-se do local. O ofendido foi socorrido por populares e conduzido ao hospital local, sendo removido para o Hospital Dom Moura, em Garanhuns e, posteriormente, para o Hospital da Restauração, onde veio a falecer.

Interposto o recurso de **fl. 154**, cujas razões recursais estão acostadas às **fls. 156/158**, pugna o Apelante, preliminarmente, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva. No mérito, pede a reforma da dosimetria, aduzindo que a pena imposta encontra-se exorbitante, pois as circunstâncias judiciais lhes são favoráveis.

O Ministério Público, nas contrarrazões de **fls. 160/163**, pugna pelo parcial provimento do recurso, para reconhecer a extinção da punibilidade pelo advento da prescrição da pretensão punitiva intercorrente.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. o Procurador Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti**, apresenta parecer às **fls. 173/176**, opinando pelo não provimento do apelo.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, em atenção ao art. 610 do CPP.

Recife, 08/02/2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0000039-84.2005.8.17.0450 (0279628-9)

COMARCA: CAPOEIRAS
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: INALDO RAIMUNDO DA SILVA
ADVOGADO: DR. CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

VOTO

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Conforme relatado, pugna o Apelante, em sede de preliminar, pelo reconhecimento da prescrição, alegando que o Recorrente era menor de 21 anos de idade à época do fato e assim sendo, tem em seu benefício a contagem do prazo prescricional reduzida pela metade.

Tal pretensão, todavia, revela-se nitidamente inconsistente.

Conforme amplamente demonstrado nos autos (fls. 02; 62 e 159), o acusado nasceu em 18/01/1982, completando, portanto, 21 anos em 18/01/2003. Por sua vez, o fato delitivo ocorreu em 07/03/2003, data em que o Apelante contava exatos 21 anos, 01 mês e 17 dias.

Dito isto, é certo que o Recorrente não deve ser favorecido com a benesse prevista no artigo 115 do CP, *in verbis*:

Art. 115 - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos. (grifo nosso).

É certo que o Apelante foi condenado à pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de detenção, a qual prescreve em 08 (oito) anos, segundo dicção

OK³



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



expressa do art. 109, inciso IV, do Código Penal. Desse modo, não se tendo verificado a completude de tal lapso temporal, imperativo é concluir pela inocorrência da prescrição na presente hipótese.

Pelo exposto, **voto rejeitando** a preliminar arguida pelo Recorrente.

Recife, 21 / 03 / 2013

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0000039-84.2005.8.17.0450 (0279628-9)

COMARCA: CAPOEIRAS
VARA: VARA ÚNICA
APELANTE: INALDO RAIMUNDO DA SILVA
ADVOGADO: DR. CARLOS WAGNER SANTOS RODRIGUES
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

VOTO

MÉRITO

Afirma o recorrente que a sanção que lhe foi aplicada é exacerbada.

Entendo que não lhe assiste razão.

Lendo a sentença hostilizada, percebe-se que a Juíza sentenciante discorreu sobre as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, obedecendo ao sistema trifásico de aplicação da pena. Para melhor entendimento da controvérsia, vejamos os termos da sentença:

"Culpabilidade: o réu tinha potencial consciência da ilicitude do fato. Circunstâncias: o fato aconteceu em via pública, em frente a uma escola, onde várias pessoas transitavam. Conseqüências: morte de um pai de família. O acusado não tem antecedentes criminais. Conduta social e personalidade: boas. Motivos: agir culposo, sem motivo específico. Comportamento da vítima: contribui em parte.

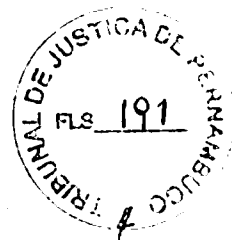
Considerando que as circunstâncias judiciais são, em sua maioria, favoráveis ao réu, fixo a pena-base próxima do mínimo legal, qual seja, 02 (dois) anos e 09 (nove) meses de detenção e suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor.

Presente a circunstância agravante prevista no art. 61, I, "h", do Código Penal (crime cometido contra maior de 60 anos), agravo a pena em 03 (três) meses, resultando em 03 (três) anos de detenção e suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor.

et
5



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Presente a atenuante do art. 65, III, "d", do Código Penal, razão pela qual reduzo a pena para 02 (dois) anos e 09 (seis) meses de detenção e suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor.

Presente a causa de aumento prevista no inciso I, do art. 302, do CT (não possuir Carteira de Habilitação), aumento a pena em 1/3 (um terço), resultando numa pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de detenção e suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor - que a torno definitiva em virtude da inexistência de causas de diminuição de pena." (fls. 143/144)

Por sua vez, tenho que o fato de o Recorrente está dirigindo sem habilitação e em velocidade acima da permitida, são circunstâncias que denotam uma personalidade distorcida do homem comum, inclusive deixando de socorrer o ofendido, mostrando assim temperamento contrário à solidariedade humana.

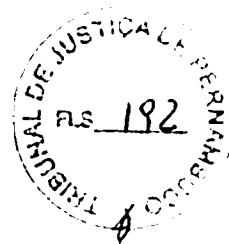
Em que pese a reclamação do réu, a pena-base foi fixada em 02 (dois) anos e 09 (nove) meses, patamar muito próximo ao mínimo legal, e suficiente à reprovação do ilícito, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal, nada existindo para se modificar neste item.

Ademais, somente a primariedade do acusado não é suficiente para fixar a pena-base no mínimo legal, quando algumas das circunstâncias lhe são desfavoráveis, como é o caso dos autos, na conformidade da Jurisprudência pátria.

Assim sendo, ao reverso do invocado, entendo que a pena definitiva apesar de fixada acima do mínimo legal, não se afigura excessiva, nem demasiadamente branda, mas justa, adequada e idônea, em quantidade suficiente para reprimir a prática da infração, estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal, nada existindo para se modificar neste item.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Com esses fundamentos, voto **pelo não provimento do presente recurso**, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 21 / 03 / 2013

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator